

Gilmar esclarece que ex-chefe do Gaeco-PR foi acusado de assédio

O ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes retratou-se por ter acusado o promotor Leonir Batisti, ex-coordenador-geral do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado do Ministério Público do Paraná (Gaeco), de dirigir embriagado. Gilmar esclareceu que, na verdade, Batisti é investigado por assédio sexual.

Rosinei Coutinho/SCO/STF



Gilmar Mendes disse que Batisti é investigado por assédio sexual, não por dirigir embriagado
Rosinei Coutinho/SCO/STF

Em sessão do Plenário do STF em 7 de novembro de 2019, Gilmar disse que "o chefe do Gaeco do Paraná também foi surpreendido numa blitz embriagado. Veja bem, parece que o alcoolismo é um problema do Ministério Público hoje".

Batisti moveu ação de indenização por danos morais contra a União, argumentando que sua honra foi violada pela fala do ministro.

Em esclarecimento, Gilmar Mendes disse que, ao fazer tal afirmação, laborou "em verdadeiro erro de pessoa". "É que, conforme consta de [matéria](#) veiculada no portal **Consultor Jurídico** de 9 de julho de 2019, de fato houve um caso de alcoolismo no Ministério Público do Paraná. Trata-se de episódio em que a promotora de Justiça do Paraná Leila Schimiti foi flagrada bêbada dirigindo um carro em Londrina, em 2015. Em decorrência de seu estado de embriaguez, ela provocou um acidente envolvendo três outros veículos."

Porém, ressaltou o ministro, a mesma reportagem da **ConJur** "fazia referência a outro episódio bastante curioso" envolvendo Leoni Batisti. O texto informa que o promotor foi acusado de assédio sexual por uma assessora do Conselho Superior do Ministério Público do estado. No boletim de ocorrência, a mulher afirmou que foi assediada no trabalho e que Batisti "a beliscou na lateral do seu corpo", segundo a jornalista Mônica Bergamo, colunista do jornal *Folha de S.Paulo*.

"Gostaria de aproveitar a presente oportunidade para esclarecer a verdade. Diferentemente do que afirmei, o chefe do Gaeco do Paraná de fato não foi flagrado embriagado em uma blitz. O delito a



respeito do qual ele é investigado é o de assédio sexual por ter praticado conduta inadequada em relação a uma assessora do Conselho Superior do Ministério Público do estado”, declarou Gilmar.

O Gaeco do MP-PR é responsável pelo polêmico acordo de delação premiada do ex-auditor fiscal do estado Luiz Antônio de Souza, na operação publicano. Devido às ilegalidades da delação de Luiz Antonio de Souza, a 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal deve reabrir a possibilidade de [delatados questionarem](#) acordos de colaboração premiada.

**Clique [aqui](#) para ler o esclarecimento
HC 142.205**